

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Obras gigantes, orçamentos estratosféricos	2
Título: Carajás da cultura	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	5
Título: O papel da tecnologia na geopolítica do petróleo.....	5
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Meta de corte de gás estufa custará 1% do PIB, diz BID	7
Título: Destaques	9
Título: Eletrobras questiona Aneel sobre CDE	9
Título: Conselho da estatal aprova presidente da Copel para Itaipu.....	11
Título: Produção de diamantes deve ter novo salto em 2017	12
Título: BNDES quer se desfazer de lavra do século 19 em MG	14
Título: Curtas	15
Título: Usiminas tem prejuízo de R\$ 273 milhões no 4º tri	15

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Gustavo Schmitt E Cleide Carvalho****Título: Obras gigantes, orçamentos estratosféricos**

Além de explosão de custos finais, projetos atrasam e se tornam menos atrativos

Pelo menos oito grandes obras de infraestrutura, consideradas prioritárias e sob responsabilidade de empresas investigadas pela operação Lava-Jato, serão entregues até uma década depois do prazo original e com despesas muito acima da previsão inicial. Anunciadas em sua maior parte num cenário econômico favorável, elas somavam custos de R\$ 66,1 bilhões. Hoje, alcançam R\$ 173 bilhões — R\$ 106,9 bilhões além do planejado. Além de ficarem mais caras — seja por causa do desvio ou do aumento de custos provocado pela inflação — muitos projetos tiveram de ser adaptados e, em alguns casos, se tornaram menos ambiciosos.

Os efeitos da paralisação de obras no Rio é significativo no Comperj e na Usina de Angra 3. Em Itaboraí, o Comperj deixou 27 mil desempregados. As consequências foram queda na renda, favelização e lançamentos imobiliários encalhados. No papel, o complexo ficaria pronto em 2012. Por R\$ 20,1 bilhões, Itaboraí abrigaria duas refinarias, unidade de gás natural e uma unidade de lubrificantes.

Até agora já foram consumidos R\$ 40,2 bilhões, e a Petrobras se viu obrigada a rever os planos: cancelou uma refinaria e uma unidade de lubrificantes. Para terminar a refinaria, com 86% da obra executada, e uma unidade de gás natural, a estatal busca sócios para investir mais R\$ 2 bilhões. A entrega será em 2020 — oito anos de atraso. A expectativa de que Itaboraí se transformasse em eldorado sucumbiu. O MPF diz que o consórcio responsável pela obra, formado por Andrade Gutierrez e Odebrecht, entre outras, pagou propina ao ex-governador Sérgio Cabral, preso em Bangu.

A defesa de Cabral nega as acusações. Andrade Gutierrez e Odebrecht firmaram acordo de leniência e não podem ter contratos com a Petrobras. O professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ Alexandre Szklo avalia que, além dos danos da corrupção, o Comperj e outras obras sofreram com erros de planejamento que levaram a mudanças do conceito do projeto várias vezes enquanto já se gastava nas obras. Ele acredita que dificilmente refinarias como o Comperj e Abreu e Lima serão superavitárias.

— É uma escolha de Sofia: se sabe que a refinaria não vai dar o lucro esperado e talvez dê até prejuízo. Mas ainda assim, diante de todos

investimentos, a conclusão é que tende a valer a pena terminar — disse Szklo. — No Comperj, hoje não se sabe mais o que é o projeto final, de tantas vezes modificado. A Usina de Angra 3 enfrenta entraves semelhantes. Projetada há 23 anos, foi retomada em 2009 e paralisada em 2015, deixando 1.100 desempregados. A usina deveria ter sido entregue no ano passado. Agora, levará mais seis para ser construída e consumirá R\$ 5 bilhões a mais.

OBRA CONTRA SECA: NEM METADE FEITA

Othon Silva, ex-presidente da Eletronuclear, responsável pelas obras de Angra 3, foi condenado a 43 anos de prisão. O MPF aponta que ele recebeu R\$ 12 milhões em propina. Othon nega. Promessa contra a seca, o Canal do Sertão Alagoano consumiu R\$ 1,7 bilhão da União entre 2008 e 2016, apenas em 120 km de um total de 250 km para levar água até o agreste de Alagoas. Até agora foi licitado um trecho de 150 km, de cinco lotes. Todos tiveram sobrepreço, segundo o TCU.

O valor licitado para os primeiros 45 km, por exemplo, passou de R\$ 9,3 milhões para R\$ 388,5 milhões — 43 vezes mais — considerando apenas o investimento da União, sem a contrapartida do governo de Alagoas, responsável pela obra. O segundo trecho, com 19,7 km de extensão e estação elevatória, teria acarretado desperdício superior a R\$ 130 milhões. No último relatório do TCU, sobre outros três trechos, o sobrepreço é de R\$ 119 milhões.

Os três lotes são tocados por empreiteiras investigadas na Lava-Jato, como OAS, Odebrecht e Queiroz Galvão. A água deveria chegar ao km 150 em 2014. Agora, o governo de Alagoas espera recursos do Ministério da Integração para conseguir terminar em 2019 — quatro anos de atraso. Mais uma no rol de promessas para levar água ao semiárido, a transposição do Rio São Francisco não escapa à regra do desafio a prazos e orçamentos. O custo chega a quase R\$ 10 bilhões, e o prazo de entrega é para o fim do ano. Resta, porém, incerteza se será cumprido.

A primeira etapa do Eixo Norte da transposição foi licitada de novo depois que a Mendes Júnior abandonou o canteiro em junho passado. Flagrada na Lava-Jato, a empreiteira fora declarada inidônea pela Controladoria Geral da União. No Velho Chico, a Lava-Jato investiga um consórcio formado pelas empresas OAS e Galvão Engenharia, responsável por dois dos 14 lotes da transposição. O grupo é suspeito de desviar R\$ 200 milhões apenas no trecho que vai do agreste de Pernambuco até a Paraíba.

ABREU E LIMA: MUDANÇA ASSOMBROSA

Investigadas pelo MPF em Goiás, a extensão sul da Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol) tiveram obras divididas pelo cartel da Petrobras. — As duas obras foram lançadas em 2010, e quando foram incluídas no PAC, o

cartel fez um pacote só e dividiu as duas juntas, numa só negociação — diz o procurador Hélio Telho Côrrea Filho, do MP de Goiás. Ele afirma que são 37 empreiteiras investigadas no caso. A extensão Sul da Norte-Sul e a Fiol foram licitadas por R\$ 6,9 bilhões, mas o custo chega hoje a R\$ 11,5 bilhões. Licitada em 2010, a extensão sul da Norte-Sul ficaria pronta em 2012.

A expectativa é que as obras sejam concluídas no fim do ano, se a União tiver recursos. O atraso da Fiol é maior: o prazo de conclusão saltou de 2012 para 2019 — cinco anos a mais. A Norte-Sul já havia sido investigada pela operação Trem Pagador, mas a Lava- Jato acrescentou informações depois das delações da Camargo Corrêa. Alardeada como única forma de garantir que não falte energia no Sudeste, a Usina de Belo Monte, no Norte do país, só ficará totalmente pronta em 2019, quatro anos após o previsto.

O orçamento dobrou. Com base na delação da Andrade Gutierrez, a Lava-Jato diz que foram pagos R\$ 128 milhões em propinas a políticos. Outra obra na lista de atrasos e prejuízos é a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Ela deveria ter sido entregue em 2011 mas agora, após mudanças nos planos, deve ser em 2021. O salto no orçamento foi de quase 10 vezes: R\$ 7,1 bilhões para R\$ 61,8 bilhões. A Petrobras informa que o primeiro conjunto de refino iniciou operações.

Porém, são necessárias obras para colocar em funcionamento o segundo conjunto. Para o economista Raul Velloso a situação no momento é “um desastre total”. — Há um risco grande de sucateamento porque as empresas estão com dificuldade de obter financiamento e de voltar a contratar com a Petrobras. Elas assinaram acordos de leniência, o que incluía a retomada das obras, mas isso ainda não aconteceu.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Carajás da cultura

A crise fez a Vale (a exemplo da Petrobras) reduzir drasticamente o apoio à cultura, por meio da Lei Rouanet, de incentivo fiscal com base no lucro da empresa. Ano passado, o desembolso foi de R\$ 2,4 milhões. Em 2011, a mineradora aportou R\$ 110,9 milhões. Em dez anos, este apoio somou R\$ 477 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Espaço aberto****Autor: José Goldemberg****Título: O papel da tecnologia na geopolítica do petróleo**

Algumas tecnologias que foram desenvolvidas no correr do século 20, como a computação e a informática, o foram de forma tão rápida que nos acostumamos a pensar que todas as tecnologias se desenvolvem em velocidade similar. Progressos se verificam continuamente, mas progressos revolucionários costumam ser muito mais raros. Esse é o caso das tecnologias de produção e uso de energia, fundamentais no mundo moderno. Cada ser humano consome atualmente, em média, cem vezes mais energia do que seu ancestral primitivo, há 10 mil anos.

Essa energia se origina agora, principalmente, de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), mas durante milhares de anos derivava da madeira para uso residencial, de quedas d'água para mover moinhos e ventos para a navegação. O carvão dominou o consumo mundial no século 19, mas no século 20 seu papel de preponderância foi substituído pelo petróleo, mais conveniente para ser transportado e utilizado. Nos dias atuais, por motivos similares, o uso do gás está aumentando e gradativamente vem substituindo o petróleo.

As transformações na área de energia foram lentas até muito recentemente. Assim, métodos e processos se solidificaram e o poder dos principais atores se perpetuou. Por essa razão, as empresas que produzem carvão ou petróleo são companhias tradicionais que enriqueceram extraordinariamente; o melhor exemplo é a família Rockefeller, proprietária originalmente da Standard Oil, hoje a Exxon, a maior petroleira do mundo.

A Arábia Saudita emergiu mais tarde como o país maior produtor de petróleo usando tecnologias tradicionais, dominando o mercado mundial e fixando o preço do barril de petróleo por meio de um cartel que controlava, a Opep, criado em 1973. A Opep chegou a elevar o preço do petróleo a mais de US\$ 100/barril. Hoje em dia, fazem parte da Opep uns poucos países exportadores de petróleo – Rússia, Venezuela, Irã, Iraque e Líbia são os principais.

O preço elevado do petróleo teve um papel geopolítico muito importante a partir de 1973, mas vem perdendo espaço nos últimos dez anos. Hoje o preço do barril caiu dramaticamente e está em torno de US\$ 50 o barril. Essa queda foi causada por uma ou várias verdadeiras revoluções tecnológicas.

- Os países altamente industrializados (Estados Unidos, Japão e as nações da Europa Ocidental) estão consumindo menos petróleo, dado o aumento da

eficiência técnica no uso de combustíveis. Nos Estados Unidos o consumo caiu 1% ao ano desde 2005 e o país, que era um grande importador de petróleo, é hoje exportador.

- Uma nova tecnologia foi desenvolvida nos Estados Unidos e permitiu produzir petróleo de depósitos subterrâneos de xisto, uma rocha abundante nesse país. As instalações necessárias para esse processo são muito mais simples do que para explorar petróleo a grandes profundidades no solo, podem ser montadas em poucos meses e a custos muito inferiores.
- Vários países descobriram grandes reservas de petróleo abaixo do leito dos oceanos, entre os quais o Brasil, usando tecnologias inovativas.

A Arábia Saudita tentou "quebrar" os produtores de petróleo de xisto dos Estados Unidos, mas eles lograram sobreviver e prosperar melhorando suas tecnologias. A produção de petróleo no mar também avançou, apesar do alto custo, principalmente no pré-sal do Brasil.

Não há hoje, portanto, o risco de as reservas de petróleo se esgotarem. Ao contrário, há um excesso de produção e foi por isso que o preço do barril caiu abaixo de US\$ 50. A consequência imediata foi a redução dos investimentos das grandes empresas de petróleo em exploração de novos campos, que levam anos até atingir o estágio de produção.

A situação que temos no mundo hoje é a seguinte: a produção da Rússia e da América Latina mantém-se constante, a da África tem caído, a dos Estados Unidos cresceu muito e a do Oriente Médio cresceu pouco.

No quadro mundial, a única razão para o fato de o consumo estar aumentando é o crescimento econômico da China e da Índia. O consumo per capita desses dois países é ainda pequeno (seis vezes menor na China, 16 vezes menor na Índia) e poderia crescer muito, mas ainda vai demorar várias décadas para que eles atinjam o nível de consumo dos países da Europa Ocidental. Até lá, progressos tecnológicos na área de transporte, como automóveis elétricos, poderão reduzir ainda mais o consumo de derivados de petróleo.

Há 50 anos discutia-se nos meios acadêmicos a exaustão iminente das reservas de petróleo no mundo, com estimativas de que não durariam mais do que meio século. Hoje, passado esse meio século, o que se vê é um excesso na produção de petróleo e provavelmente uma redução no seu consumo. Ironicamente, o "fim da era do petróleo" está ocorrendo, mas não por falta de petróleo, e sim pela queda progressiva do consumo, como já havia acontecido com o carvão.

Mesmo a China, que era extremamente dependente do carvão, está reduzindo drasticamente o seu uso em boa parte por questões ambientais. Já na Inglaterra,

a sra. Margaret Thatcher, primeira-ministra na década dos anos 80 do século 20, promoveu o abandono do carvão não por motivos ambientais, mas econômicos.

Nesse quadro há ainda uma "janela de oportunidade" para que novos produtores de petróleo, como o Brasil, que não pertencem ao cartel da Opep, conquistem mercados. Para isso é essencial acelerar a exploração do pré-sal, formando parcerias com sócios do exterior para dividir riscos e custos dos investimentos, para recuperar os anos de parálise do governo anterior, que era dominado por visões ideológicas estreitas.

Hoje, com as novas tecnologias existentes, o valor das empresas de petróleo depende não apenas do volume das suas reservas, mas também da eficiência no uso dessas novas tecnologias para trazer o petróleo para a superfície e enviá-lo às destilarias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Meta de corte de gás estufa custará 1% do PIB, diz BID

Um estudo feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a pedido do Ministério do Meio Ambiente (MMA) estima que a meta brasileira de corte de gases de efeito estufa custará cerca de 1% do PIB anual até 2030. Isso significaria entre R\$ 890 bilhões e R\$ 950 bilhões nos próximos 13 anos para colocar a economia brasileira no trilho da descarbonização. A estratégia, agora, é buscar modelos criativos de financiamento além de atrair recursos internacionais.

O estudo dos consultores do BID, ainda em fase de depuração de dados, sinaliza por exemplo que o custo para que o setor de cimento brasileiro - que é eletrointensivo -, implante tecnologias de redução de emissões pode estar entre R\$ 31 e R\$ 40 bilhões.

No caso dos biocombustíveis será necessário investir R\$ 161 bilhões até 2030 em usinas de produção de álcool para que se possa atingir a meta de aumentar em 18% sua participação na matriz energética brasileira.

O compromisso de se conseguir restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030 prevê um custo de algo entre R\$ 31 bilhões e R\$ 52 bilhões em estudo de 2015 feito pelo Instituto Escolhas. A recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens pode exigir investimentos de R\$ 21,6 bilhões, segundo o estudo do BID-MMA.

"Trata-se de um primeiro estudo que começa a fazer um levantamento de custos e ações necessárias para implementar a NDC", diz Everton Lucero, secretário de Mudança do Clima e Florestas do MMA, referindo-se ao nome técnico da meta brasileira. O trabalho, que ainda não foi discutido no governo e precisa de refinamento em alguns dados, é o ponto de partida para que governo, academia, setor privado e ONGs comecem a discutir qual a estratégia nacional para implementar a meta.

A meta brasileira de redução de emissões de gases-estufa foi lançada em 2015, no debate internacional que culminou com o Acordo de Paris. O Brasil se comprometeu com redução de emissão de 37% em 2025, em relação a 2005, e indicou um corte de 43% em 2030.

Os primeiros cálculos de custos para cumprimento da meta indicam "um volume de recursos que não é possível esperar que seja de fonte orçamentária, sobretudo com a PEC de limite de gastos", diz o secretário Everton Lucero.

O estudo do BID irá subsidiar diálogos setoriais que começam em março nas câmaras temáticas do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Criado em 2000 durante o governo Fernando Henrique, o Fórum é uma interface híbrida entre governo e sociedade civil, presidido pelo Presidente da República. "Os compromissos políticos do Fórum são com o Acordo de Paris e em como tirar do papel a NDC brasileira para que se torne realidade", diz o ex-deputado Alfredo Sirkis, secretário-executivo do FBMC.

"Agora tudo ficará mais difícil com Donald Trump", acredita Sirkis, referindo-se ao pouco entusiasmo do presidente americano com temas ambientais. "Não acredito em avanços no sistema da ONU, porque mesmo que Trump não saia do Acordo de Paris, ele pode barrar a articulação", continua. "Por isso é que a agenda econômica da descarbonização se tornou mais estratégica."

A proposta é de discutir cenários e estratégias nas câmaras setoriais do Fórum - florestas e agropecuária; energia; mobilidade e transportes; cidades e resíduos; finanças; inovação e tecnologia; defesa nacional e segurança; e visão de longo prazo.

"A ideia é discutir como implementar a NDC no setor específico e construir dois ou três cenários de como aquele setor poderá contribuir e cumprir a meta", diz Sirkis.

"Vamos também discutir questões de curto prazo, como o repique do desmatamento, o primeiro ciclo de revisão da NDC brasileira e um fundo que dê garantias aos financiamentos internacionais", adianta o secretário-executivo.

A primeira reunião será dia 14, em Brasília, da câmara de florestas e agropecuária. "É neste campo que estão as maiores possibilidades de redução de emissões e que pode atrair financiamentos internacionais", acredita Sirkis. A câmara de energia deve se reunir na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no Rio, dia 16. "A nossa ambição é apresentar resultados em outubro, antes da CoP (a conferência climática) de Bonn", adianta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Preços do petróleo

A sexta-feira viu um duelo de forças no mercado de petróleo. Do lado da baixa, havia o receio em torno do aumento dos estoques dos EUA e do avanço dos suprimentos de gasolina, junto com o fortalecimento do dólar. No canto oposto, a percepção de que a Organização de Países Produtores de Petróleo (Opep) não apenas obteve 90% de cumprimento do corte de produção, como também avalia a possibilidade de estender o plano para além dos seis meses iniciais. O WTI para março permaneceu no território negativo durante quase todo o pregão mas nos minutos finais virou para fechar em leve alta de 0,07%, a US\$ 53,40 o barril na New York Mercantile Exchange.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Eletrobras questiona Aneel sobre CDE

As distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista, Ceron e Eletroacre, subsidiárias da Eletrobras, podem sofrer prejuízos da ordem de R\$ 15 bilhões devido ao orçamento aprovado recentemente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), alegou a própria estatal elétrica em um recurso ajuizado na semana passada, segundo um documento ao qual o Valor teve acesso.

Como antecipou na manhã de sexta-feira o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, as distribuidoras ajuizaram um pedido de reconsideração questionando o orçamento da CDE aprovado pela Aneel - R\$ 13,9 bilhões em 2017 -, pois não foram incluídos os créditos que as empresas têm perante a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). A Eletrobras publicou comunicado ao mercado na sexta-feira à noite confirmando as informações.

Segundo o documento entregue à Aneel, a decisão sobre o orçamento da CDE "tem o potencial de gerar prejuízos para as distribuidoras da ordem de R\$ 15 bilhões", além de colocar em risco os contratos de repactuação de dívida assinados com a Petrobras em 2014 e 2015. Com isso, pode haver antecipação do vencimento de dívidas bilionárias, resultando em perdas significativas para as duas estatais.

A CDE é um encargo setorial pago por todos os consumidores por meio da tarifa, e, desde 2013, inclui a CCC e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O problema é que, no orçamento de 2017, não foram incluídos créditos da CCC que essas distribuidoras alegam que tinham direito a receber - e que foram dados como garantia pela Eletrobras na negociação da repactuação de uma dívida de R\$ 10 bilhões entre as empresas e a Petrobras, em valores ajustados, referentes à compra de combustíveis para geração de energia entre 2009 e novembro de 2014. Os montantes foram parcelados em 120 vezes.

"Tais instrumentos de repactuação serviram de lastro para que as distribuidoras renegociassem vultosas dívidas assumidas com a Petrobras em virtude do fornecimento, desde 2009, de gás natural e combustível líquido (óleo) para a produção energética no sistema em que se situam", informa o documento arquivado pelas empresas.

A Eletrobras havia solicitado que o orçamento da CDE incluísse o montante de R\$ 1,105 bilhão em 2017, referente às parcelas da dívida repactuada que vencem ao longo deste ano.

"A mudança de orientação da Aneel deverá gerar uma série de impactos financeiros e econômicos negativos nas contas das distribuidoras, seja em relação aos valores em relação aos quais já se tinha legítima expectativa de recebimento, seja no concernente às parcelas de repactuação (e que foram utilizadas como garantias dos débitos perante a Petrobras) e que, agora, estão com sua validade jurídica e financeira a depender da fiscalização da Agência", diz o documento ajuizado pela Eletrobras.

Como as incertezas podem fazer com que a Eletrobras suspenda o pagamento de parcelas já previstas neste ano, pode haver o vencimento antecipado das dívidas repactuadas, resultando em impacto total da ordem de R\$ 9,46 bilhões nas empresas. Petrobras e BR Distribuidora, por sua vez, também serão pressionadas, pois terão de provisionar, em seus respectivos balanços, os créditos que teriam direito a receber - resultando em possíveis perdas para as empresas.

A situação é ainda mais complicada devido ao fato que, desde 2015, as distribuidoras de energia da Eletrobras seguiram acumulando novas dívidas com

a Petrobras, e negociam atualmente um novo acordo de repactuação. Entre o fim de 2014 e o ano passado, as distribuidoras totalizaram dívidas da ordem de R\$ 5 bilhões com a Petrobras, sendo R\$ 2,5 bilhões apenas referente à Amazonas Energia.

A discussão chegou a gerar problemas para a Petrobras no processo de venda da BR Distribuidora - a qual parte da dívida se refere - e também gera receios sobre a privatização dessas distribuidoras de energia, que deve acontecer ainda em 2017.

Segundo a Eletrobras, parte da dívida com a Petrobras acumulada nos últimos anos foi reflexo nos atrasos de repasses da CCC, que chegou a ter uma dívida com as companhias de R\$ 2 bilhões em 2013. Em 2016, a Eletrobras não conseguiu receber todos os créditos cobrados da CCC. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG) da Aneel sugeriu a inclusão de uma parcela de R\$ 2,449 bilhões no orçamento da CDE do ano passado, como "obrigações pendentes" da CCC.

Os valores, porém, não foram suficientes para pagamento de todas as parcelas de dívida repactuada negociada pela Eletrobras.

Dessa forma, uma terceira parcela de créditos reconhecidos pela Aneel em agosto de 2015, mas que ainda não foram incluídos nos orçamentos de fundos setoriais, foi somada aos valores relativos acumulados entre as distribuidoras e a Petrobras entre julho de 2015 até janeiro deste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Conselho da estatal aprova presidente da Copel para Itaipu

O conselho de administração da Eletrobras deu aval para a indicação do nome de Luiz Fernando Vianna para assumir a diretoria-geral da Itaipu Binacional, empresa responsável pela hidrelétrica de Itaipu, na fronteira com o Paraguai. Com longo histórico no setor elétrico, Vianna é atualmente presidente da estatal elétrica paranaense Copel.

Segundo uma fonte com conhecimento direto do assunto, Vianna atende aos requisitos técnicos para assumir o cargo em Itaipu. "O Vianna é um cara de experiência. Não tenho dúvida que esse é um dos melhores nomes para colocar [na diretoria-geral brasileira de Itaipu]".

Vianna substituirá Jorge Samek, executivo ligado ao PT e que está no cargo desde 2003, quando foi indicado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No caso de Itaipu, o trâmite previsto é que, após aprovados pelo conselho de administração da Eletrobras, os nomes sejam encaminhados para o Ministério de Minas e Energia. A pasta então prepara um decreto sobre a nomeação e encaminha ao Planalto para a assinatura do presidente da República e publicação no Diário Oficial da União.

O nome de Vianna foi analisado na última sexta-feira pelo conselho administrativo da estatal. Não se sabe se foram apreciados nomes para outras diretorias de Itaipu e a Eletrobras não fez divulgação sobre o assunto naquele dia.

No fim de janeiro, o Planalto havia divulgado uma lista de indicações para as demais diretorias de Itaipu. A repercussão no mercado, no entanto, foi péssima, classificou uma fonte, por terem sido escolhidos nomes de apadrinhados políticos do Paraná. Por esse motivo não se sabe se eles ainda constavam da lista analisada na última sexta-feira.

Ainda de acordo com a fonte, todos os nomes analisados pelo conselho da Eletrobras passam por amplo processo de análise curricular e de conformidades. Procurada, a estatal confirmou a realização da reunião do conselho, mas não se manifestou sobre o assunto, alegando que a pauta do encontro não era pública.

A diretoria de Itaipu Binacional é composta por 12 pessoas, sendo metade indicada pelo governo brasileiro, por meio da Eletrobras, e a outra pelo governo paraguaio, por meio da Administración Nacional de Electricidad. A divisão é a mesma para a composição do conselho de administração de Itaipu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Produção de diamantes deve ter novo salto em 2017

A produção de diamantes no Brasil deu um salto em 2016 e deve aumentar mais este ano. De 31,8 mil quilates em 2015 chegou a quase 200 mil quilates em 2016. O avanço se deve à entrada em operação de uma mina localizada no interior da Bahia e movida a capital belga e chinês. O sucesso inicial do empreendimento aguça expectativas no governo de que outros investidores se animem a ampliar a busca por diamantes no país.

A mina de Braúna fica na zona rural da cidade de Nordestina e sua proprietária é a Lipari Mineração. Segundo o geólogo canadense, Kenneth Johnson, presidente

da empresa, desde 2005 até julho do ano passado (quando teve início a produção comercial), foram gastos R\$ 215 milhões em estudos e na preparação da mina.

Em janeiro, a empresa esteve no noticiário por conta de um assalto. Homens armados arrombaram o cofre e levaram um volume não revelado de pedras. Johnson diz que o episódio gerou mais medo entre os 270 funcionários do que perdas financeiras. A empresa teve de ampliar gastos com segurança.

A Lipari trouxe uma novidade à indústria mineradora brasileira. É a primeira a produzir diamantes a partir de uma mina instalada em uma rocha kimberlítica. É nesse tipo de formação subterrânea onde pode ocorrer uma concentração maior de diamantes e de onde é possível uma produção em maior escala. Grandes minas de diamantes pelo mundo estão em rochas como essas. A produção brasileira, desde o século 18 até então, foi toda feita em camadas superficiais da terra ou de leitos de rios, muitas vezes ainda por garimpeiros.

A reserva da Lipari tem 3,3 milhões de quilates de diamantes, segundo Johnson, e os planos são, numa segunda fase, ampliar as explorações e construir uma mina subterrânea no local. A mina atual é uma grande cava a céu aberto.

Em 2015, os produtores brasileiros de diamantes informaram ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que, juntos, extraíram 31,8 mil quilates. Em 2016, a Lipari sozinha produziu 116.756,70 quilates (1 quilate equivale a 0,2 gramas). Somados, Lipari e outros produtores elevaram a produção brasileira no ano passado para 186 mil quilates, de acordo com dados preliminares do DNPM. Desde 2005, a produção brasileira não era tão alta.

"A perspectiva este ano é que a Lipari chegue a uma produção de 200 mil quilates", disse Johnson ao Valor. Os investimentos previstos para este ano devem ficar entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões. "No ano passado, a empresa exportou 97.279 quilates ao valor de US\$ 18,8 milhões. Este ano, a expectativa é dobrar as vendas, mas o valor depende de como se comportarão os preços". A produção é toda exportada.

No último levantamento do setor sobre produção global, de 2015, a Rússia lidera com 42,9 milhões de quilates de um total de 127,3 milhões de quilates. O Brasil apareceu na 19ª posição, mas poderá subir nos próximos levantamentos. "Tem um fato novo na produção de diamantes no Brasil que é a Lipari. É a primeira vez que se tem exploração em rocha primária", diz Eduardo Ledsham, o novo presidente do Serviço Geológico do Brasil, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Para Ledsham, o exemplo da Lipari pode atrair outras mineradoras para o ramo de diamantes no país. "Grandes empresas estão sempre atrás dos grandes elefantes. Empresas pequenas e médias vão atrás dos filhotes", diz.

Francisco Valdir da Silveira, geólogo de carreira do órgão, liderou um estudo sobre o potencial diamantífero que identificou 1.360 kimberlitos no Brasil. "Desses, cerca de 20 têm diamantes. Não são corpos grandes, mas se entrassem em operação nos próximos anos promoveriam uma mudança extraordinária na produção de diamantes no Brasil".

Um desses kimberlitos fica em Catalão (GO) e é onde uma empresa liderada pelo geólogo Matthew Wood, a Five Star, espera começar em breve a extrair diamantes. Wood já atraiu dois investidores de peso: Ronald Lauder (um dos herdeiros da marca americana de cosméticos Estée Lauder) e um ex-presidente do Citigroup, Richard Parsons, diz o executivo da empresa no Brasil, Luís Maurício Azevedo. Segundo ele, se tudo sair como planejado, a produção começa dentro de seis meses.

Kenneth Johnson conta que as previsões de diamantes de altíssima qualidade em Nordestina ainda não se confirmaram e que melhorias estão sendo feitas na produção. Uma dos desafios é reduzir percentual ainda elevado de quebra de diamantes durante o processo de perfuração das rochas.

Os diamantes, segundo ele, são vendidos em Antuérpia (Bélgica), para depois abastecer a indústria de joias. A cidade, tradicional centro mundial de compra e vende de diamantes brutos, é onde está um dos sócios da Lipari, a Aftergut & Zonen. O outro sócio é o Favourite Company, um fundo de investimentos baseado em Hong Kong.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: BNDES quer se desfazer de lavra do século 19 em MG

Na cidade de Romaria, região leste de Minas Gerais, há uma antiga área produtora de diamantes cujo dono é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A lavra pertenceu a uma empresa que não conseguiu saldar suas dívidas com o banco e viu o ativo arrestado em 2001.

"O banco estrutura um processo de alienação desse bem", disse a assessoria de imprensa do BNDES por meio de nota. No momento, a direção ainda avalia alternativas para essa alienação. Segundo a instituição, "o processo está em curso, mas ainda não há definição de datas ou valores."

Em 2011, o banco brasileiro de fomento tentou leiloar os direitos minerários dessa área, mas não houve interessados. O preço mínimo era R\$ 2,12 milhões.

A lavra de Romaria aparece nos registros do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, desde 1935. "No entanto, há informações de início de garimpo na região a partir da segunda metade do século XIX", disse o banco.

O BNDES afirmou que está buscando uma aferição mais precisa sobre o potencial de produção de diamantes na lavra.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Instabilidade do minério

Ainda persiste a instabilidade no mercado transoceânico do minério de ferro. Na manhã de sexta-feira, o preço do produto com pureza de 62% negociado no porto chinês de Qingdao, subiu 0,3%, para US\$ 90,37 a tonelada. A alta se segue a três dias consecutivos de queda e continua a contrariar os fundamentos da commodity e as expectativas de analistas. A sobreoferta continua e pode piorar, dado o seguimento da curva de aprendizagem de expansões na Austrália e no Brasil, com o início de operação comercial do projeto S11D, da Vale, em Carajás. Dentre as notícias positivas, o governo chinês anunciou que a produção bruta de minério de ferro do país recuou 3% no ano passado, para 1,28 bilhão de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Usiminas tem prejuízo de R\$ 273 milhões no 4º tri

A Usiminas aproveitou o balanço do quarto trimestre, em que sofreu despesas extraordinárias, para "limpar" a casa e lançar vários passivos no resultado. Por conta disso, a empresa teve prejuízo líquido atribuído a sócios de R\$ 273,6 milhões no período, seu décimo prejuízo trimestral consecutivo, mas bateu na tecla de que os efeitos eram não recorrentes, convenceu o mercado e conseguiu conter a queda de sua ação no pregão de sexta-feira.

"Precisamos de uma interpretação mais atenta para entender a mensagem que os números passam. Está dentro da normalidade que ainda tenhamos queimado caixa", garantiu Rômelo de Souza, presidente da siderúrgica, em entrevista ao Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor. "Isso já estava até previsto no plano de negócios que apresentamos aos credores."

O executivo lembrou que os três anos de carência no pagamento da dívida, acertado com os credores no ano passado, servem exatamente para evitar problemas enquanto se busca sustentabilidade. O fluxo de caixa livre positivo e a melhoria nos resultados são os grandes objetivos agora.

Entre os eventos que pesaram no balanço, aparecem uma provisão para devedores duvidosos de R\$ 33,3 milhões, a depreciação da parada de equipamentos, em R\$ 105,4 milhões, R\$ 70,7 milhões em rescisão antecipada de contrato com um fornecedor de Cubatão (SP), e mais uma provisão de R\$ 338,5 milhões para perda em imposto diferido.

Houve também ganho extraordinário de R\$ 357,7 milhões com a reversão da baixa contábil de R\$ 2,1 bilhões na mineração.

Após a divulgação do balanço, os números de fato confundiram o mercado. Citi esperava Ebitda recorrente de R\$ 304 milhões, o BTG Pactual, de R\$ 330 milhões, e o Goldman Sachs, de R\$ 206 milhões. A ação preferencial classe A abriu o pregão em queda - chegou a cair 1,8% na mínima do dia de R\$ 5,36, e fechou pregão próxima da estabilidade, com leve recuo de 0,18%, para R\$ 5,45.

Durante a teleconferência do resultado com analistas, o vice-presidente financeiro Ronald Seckelmann mostrou cálculo próprio de Ebitda recorrente que aponta evolução constante desde o fim de 2015. No quarto trimestre de 2016, apesar de ter reportado Ebitda de R\$ 224 milhões, o executivo disse que o nível ajustado seria de R\$ 342 milhões.

Sobre a negociação com a sócia Sumitomo na Mineração Usiminas (Musa) para que a siderúrgica possa acessar R\$ 700 milhões de seu caixa, Souza disse que conduz "pessoalmente" o processo. Segundo ele, o dinheiro será embolsado, seja por redução do capital, que é o método preferencial, ou por empréstimo intercompanhia, mais interessante para os japoneses.

A Musa ainda pode garantir mais caixa ao grupo, se conseguir se aproveitar da alta do minério de ferro. A Usiminas tem 70% de seu capital. Em quatro a cinco meses, a unidade de produção (flotação do minério) que se usa para exportar seria religada e funcionários, contratados. O custo de entrega do seu produto na China vai de US\$ 55 a US\$ 65 a tonelada. Hoje, o preço do minério está acima dos US\$ 90.

Entre as previsões informadas na teleconferência, a Usiminas disse que vai investir R\$ 300 milhões em 2017, ante R\$ 225 milhões no ano passado, e incorrer em despesas financeiras líquidas de R\$ 700 milhões. No primeiro trimestre, é esperada estabilidade nas vendas de aço, ante o fim de 2016, mas alta de 50% nas exportações.

O balanço mostrou ainda que em 2016 a receita líquida da Usiminas foi de R\$ 8,45 bilhões, queda de 17% e o menor nível desde 2007. O Ebitda foi de R\$ 994,9 milhões, ante R\$ 2,32 bilhões negativos em 2015, mas a companhia amargou ainda prejuízo de R\$ 670 milhões - recuo de 79%.

MME / ASCOM .